



GESTÃO DOS CAPITAIS NATURAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS

A importância do uso eficiente dos recursos naturais para a sustentabilidade da produção



GOOD
GROWTH
PARTNERSHIP

CONSERVAÇÃO
INTERNACIONAL

Brasil



PERSPECTIVAS DE GÊNERO PARA UMA
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NO MATOPIBA

GESTÃO DOS CAPITAIS NATURAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS

A importância do uso eficiente dos recursos
naturais para a sustentabilidade da produção

Brasília/DF, 2021

REALIZAÇÃO

Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil)

COORDENAÇÃO E REVISÃO

Gerente Sênior de Produção Sustentável

Karine Barcelos

Coordenadora de Projetos

Iamilly Cunha

PESQUISA E CONTEÚDO

Coordenação

Ana Cecília Kreter (EConsult)

Especialista Técnico

Jefferson Staduto (EConsult)

Especialista de Comunicação

Mariana Cristina dos Santos Resende (EConsult)

Assistentes

Patrícia Estanislau, Rafael Pastre, Cleyton Vilarino

COAUTORIA

Isabel Drigo, Lilian Vendrametto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Javiera de la Fuente C.

ILUSTRAÇÕES

Augusto Lopes dos Santos Borges, Leonardo Simão Lago Alvite

TABELAS E GRÁFICOS

Jefferson Staduto, Ana Cecília Kreter

FOTOS

iStock (capa), Flavio Forner / Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), Pixabay, iStock

1ª edição

A série de cartilhas *Perspectivas de Gênero para uma Produção Sustentável no MATOPIBA* faz parte da iniciativa global *Parceria para o Bom Desenvolvimento* (Good Growth Partnership – GGP), implementada pela Conservação Internacional (CI-Brasil), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF). No Brasil, o projeto visa promover o estabelecimento de paisagens agrícolas sustentáveis que conciliem a produção de soja e a conservação da natureza na região do MATOPIBA.

APRESENTAÇÃO

Assegurar a eficiência na gestão de recursos naturais e garantir sua manutenção para as futuras gerações são algumas das grandes questões quando se discutem sustentabilidade das propriedades rurais, aumento da produção e manutenção do bem-estar da população no campo.

Se todas essas variáveis são imprescindíveis para compreender o que é o meio rural brasileiro, discutir o papel da mulher, suas peculiaridades e suas oportunidades torna a análise ainda mais instigante. Mais que compilar números, perceber essa realidade a partir do olhar feminino traz elementos que expressam uma rica narrativa de mudanças na estrutura da própria sociedade, estabelecendo novos paradigmas para uma produção mais sustentável.

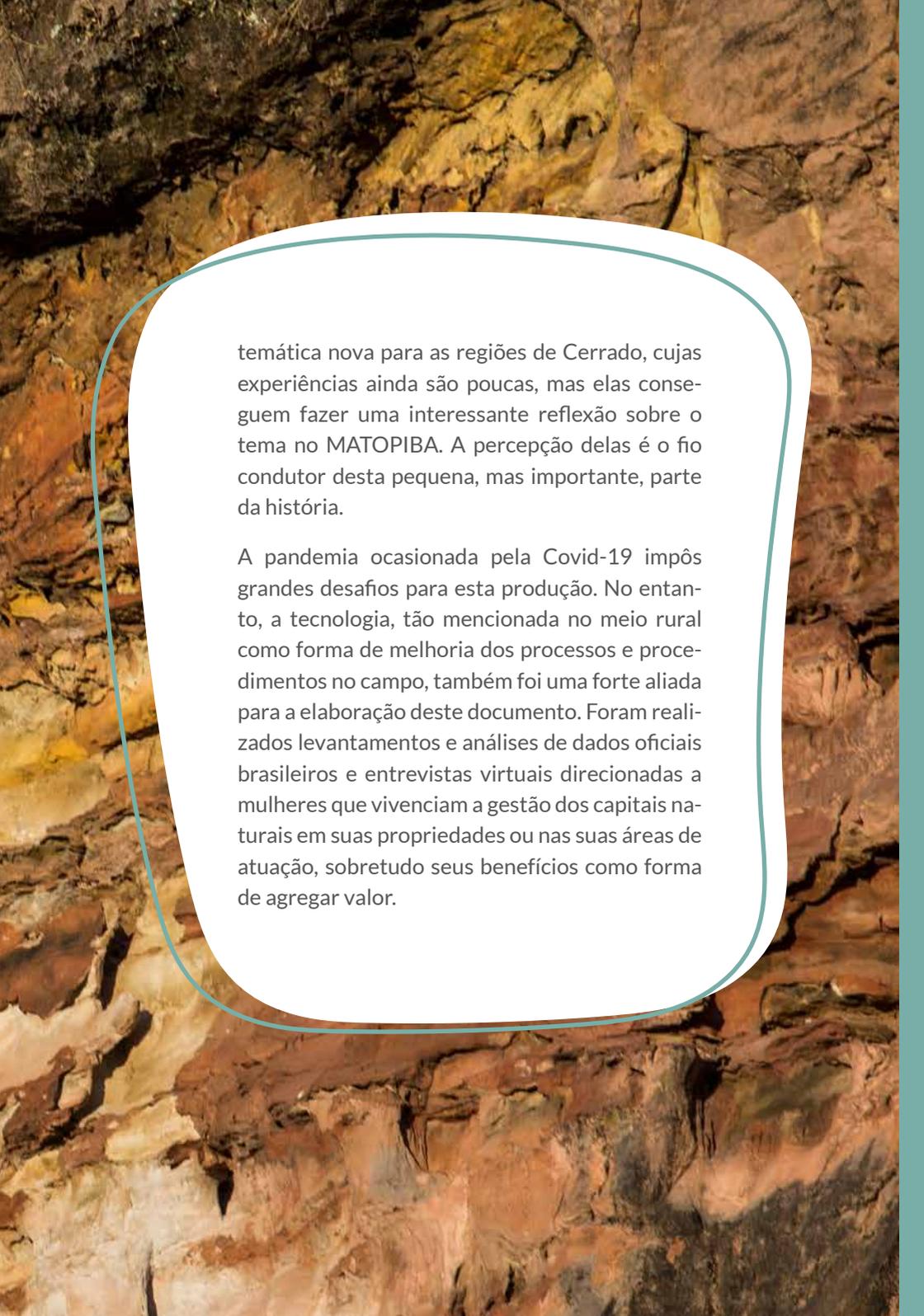
É pensando nisso que o projeto Parceria para o Bom Desenvolvimento, por meio do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF), publica a coleção de dez cartilhas intitulada **Perspectivas de Gênero para uma Produção Sustentável no MATOPIBA**.

Nesta cartilha, trazemos o tema **Gestão dos Capitais Naturais nas Propriedades Rurais: a importância do uso eficiente dos recursos naturais para a sustentabilidade da produção**. Qual é o papel do elemento de gênero nessa discussão? Como ele se insere na dinâmica atual nas várias formas de gestões e benefícios dos capitais naturais para a produção agrícola no Cerrado? E qual a percepção de mulheres que atuam nessa temática? Essas são algumas das perguntas norteadoras a que buscamos responder. E, para contribuir com esse olhar, no decorrer desta publicação, apresentaremos as percepções das especialistas **Isabel Drigo** e **Lilian Vendrametto**.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

Esta cartilha é uma contribuição para a análise da gestão dos capitais naturais nas propriedades rurais sob a perspectiva de gênero no MATOPIBA – acrônimo criado a partir das iniciais dos respectivos estados componentes: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A partir da narrativa das especialistas, foram apresentados alguns esclarecimentos sobre as várias formas de gestão desses capitais, além de levantar a importância dos serviços ecossistêmicos associados a eles, que, além de agregarem valor às propriedades rurais, também são fundamentais para a existência das atividades agropecuárias. Nossas especialistas fazem a narrativa de suas experiências com o tema e detalham como determinadas ações podem influenciar positiva ou negativamente a gestão dos capitais naturais de uma região. Essa é uma



temática nova para as regiões de Cerrado, cujas experiências ainda são poucas, mas elas conseguem fazer uma interessante reflexão sobre o tema no MATOPIBA. A percepção delas é o fio condutor desta pequena, mas importante, parte da história.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 impôs grandes desafios para esta produção. No entanto, a tecnologia, tão mencionada no meio rural como forma de melhoria dos processos e procedimentos no campo, também foi uma forte aliada para a elaboração deste documento. Foram realizados levantamentos e análises de dados oficiais brasileiros e entrevistas virtuais direcionadas a mulheres que vivenciam a gestão dos capitais naturais em suas propriedades ou nas suas áreas de atuação, sobretudo seus benefícios como forma de agregar valor.

ISABEL DRIGO

Jornalista de formação, com mestrado e doutorado em ciência ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em economia agrícola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Isabel abriu mão do jornalismo para se dedicar exclusivamente à pesquisa e produzir ciência nessa grande área que se chama sustentabilidade, com foco na fronteira entre sociologia e economia. Isabel atua principalmente na Amazônia e no Cerrado, trabalhando com diversas cadeias produtivas, como a pecuária bovina de corte e a soja, mas nunca deixou de lado as florestas, em temáticas envolvendo a gestão florestal e as florestas tropicais, tanto na perspectiva de grandes empresas quanto na de comunidades tradicionais da Amazônia. Atualmente, Isabel é gerente de clima e cadeias agropecuárias no Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).



LILIAN VENDRAMETTO



Engenheira agrônoma e mestre pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), e doutora em engenharia de produção pela Universidade Paulista (Unip), Lilian trabalhou com diversas cadeias produtivas, desde grandes companhias agrícolas até microprodutores. Com larga experiência na criação e gestão de projetos nas áreas de agricultura e sustentabilidade, com foco em gestão socioambiental, saúde e segurança, boas práticas agrícolas, relacionamento institucional e governamental, diálogos multilaterais e educação ambiental, Lilian é atualmente diretora de paisagens terrestres sustentáveis da Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil).

POR QUE GESTÃO DOS CAPITAIS NATURAIS?

A gestão do capital natural na propriedade rural abarca a organização e o acompanhamento de ações para controlar os impactos ambientais da produção agropecuária, coordenando internamente os esforços para aprimorar o desempenho de recursos como água, solo e biodiversidade. Uma das ferramentas que podem ser utilizadas nessa gestão é o Inventário de Emissões do Gases de Efeito Estufa (GEE)¹. Outra alternativa é a adoção de iniciativas de Tecnologia da Informação Verde (TI Verde), que aplicam a TI a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. Além disso, a gestão envolve ainda o aumento da capacitação de colaboradores em termos de responsabilidade socioambiental, a disseminação de conceitos e práticas de ecoeficiência, a adequação de espaços e equipamentos para racionalizar os usos e consumos de bens e produtos e a adoção de protocolos e certificações relacionados ao meio ambiente.

O Brasil é um grande mosaico quando se pensa em áreas agrícolas. É uma equação complexa, que envolve uma conjunção entre áreas naturais protegidas, gestão dos capitais naturais nas propriedades e práticas agrícolas, buscando uma agricultura resiliente, que se preocupa com o futuro, mas que também atende às demandas de expansão da produção. A implantação de programas de uso eficiente dos recursos naturais é orientada por diretrizes que consideram a responsabilidade ambiental e a ecoeficiência nas propriedades rurais por meio da gestão de vários recursos naturais e da adoção de processos e práticas agrícolas. Esses processos e práticas podem e devem envolver o uso racional e responsável de recursos hídricos, energia elétrica e combustíveis, além de insumos e descarte adequado dos resíduos sólidos.

1. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o inventário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) "é uma ação voluntária de responsabilidade ambiental iniciada em 2012, com publicação anual no registro público de emissões do programa brasileiro GHG Protocol. A iniciativa contribui com o compromisso de promover o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais deles derivados, assumido pelo BNDES ao aderir ao Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Social e Ambiental (Protocolo Verde)". Disponível em: <<https://bit.ly/399embz>>.



© Pixabay

A redução das emissões de GEE gerados pela produção agropecuária também é uma preocupação constante. A adoção de práticas agrícolas que diminuem a emissão de carbono contribui para a gestão do capital natural nas propriedades rurais, conforme apresentado na Cartilha 3, que versa sobre crédito rural.

Na produção agropecuária, bem como de qualquer bem e serviço, são gerados impactos ao meio ambiente, que no médio e longo prazo poderão refletir na perda da produtividade das áreas agrícolas. Infelizmente, nem sempre as técnicas disponíveis oferecem possibilidades de mitigação adequadas desses danos ou de plenamente substituir o recurso natural usado ou degradado para a produção dos bens e serviços. Portanto, caso haja efeitos negativos, surge a necessidade de revisão dos processos produtivos.

A grande questão é que nem todos os recursos naturais podem ser substituídos totalmente. Por essa razão, eles são classificados em renováveis e não renováveis, o que nos leva a concluir que existem limites ao uso de recursos naturais, e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Assim, a partir de meados do século XX, a vertente ecológica da análise econômica passou a considerar a finitude dos serviços prestados pela natureza e a questionar a capacidade de resiliência dos ecossistemas em manter as taxas de expansão dos processos produtivos e do próprio sistema econômico em curso². Em outras palavras, o progresso técnico e tecnológico pode atenuar a pressão que toda atividade humana exerce sobre a base de recursos naturais do planeta, mas não a eliminar, uma vez que eles não podem ser totalmente substituídos pelas técnicas disponíveis³. A sobrecarga sobre os recursos naturais se traduz em desequilíbrios ambientais.

A partir dessa nova percepção, o conceito de capital natural se tornou híbrido, formado a partir da economia e da ecologia, ressaltando a importância da qualidade ambiental como pré-condição para o bem-estar da sociedade e sua sustentabilidade (econômica) no longo prazo⁴. Ele é constituído de “qualquer elemento ou sistema do mundo físico (geofísico e ecológico) que, diretamente ou em combinação com bens produzidos pela economia, fornecem materiais, energia ou serviços de valor à sociedade”⁵. Sua importância é inquestionável, uma vez que suporta toda atividade humana e aprovisiona, com bens e serviços, o mundo que nos mantém vivos.

O capital natural também pode ser considerado como nosso ambiente natural, ou seja, é o estoque de recursos naturais ou ativos ambientais existentes, por exemplo, nas florestas e em terras agricultáveis, que produzem um fluxo de bens e serviços úteis à sociedade⁶. Nessa linha, o capital natural fornece toda diversidade de funções ambientais que a sociedade pode converter em produtos e serviços úteis que mantêm ou mesmo elevam o seu bem-estar no curto e longo prazo. Por isso, ele desperta interesse econômico, social e ambiental, uma vez que disponibiliza bens e serviços ecossistêmicos indispensáveis para a sobrevivência de todas as espécies do globo.

2. IEA (2018).

3. IEA (2018).

4. O'Connor (1999).

5. O'Connor (1999, p. 20).

6. MacDonald (1999).

Na região do MATOPIBA, foram analisados alguns cenários de produção relativos a uso do solo, água e emissão de carbono. A conclusão foi que, caso não “haja uma mudança na forma como os recursos naturais são percebidos e valorados pelos produtores rurais, assim como pelas comunidades do entorno”⁷, certamente haverá crescimento econômico apenas de curto prazo. No longo prazo, esse crescimento estará comprometido, cujo cenário levará à diminuição ou estagnação do bem-estar em consequência da expansão da produção agropecuária. Além disso, haverá redução na sustentabilidade ambiental, ocorrendo esgotamento de componentes como solo e água. Os principais fatores que levariam a esse colapso no longo prazo são⁸:

- a. alto grau de concentração fundiária e produtiva;
- b. agravamento crescente dos problemas ambientais (com risco de esgotamento dos recursos naturais e escassez permanente);
- c. aumento dos custos de produção;
- d. suscetibilidade a oscilações dos preços das *commodities* tanto no mercado doméstico como no internacional; e
- e. dificuldade de financiamento devido a essa instabilidade.

A gestão dos recursos no MATOPIBA

“Nós queremos vida longa para a agricultura, com respeito às boas práticas e à manutenção da microbiota do solo.”

Lilian Vendrametto

O Brasil é um grande mosaico, belo e complexo como uma incrível obra de arte. São regiões, biomas e paisagens tão diferentes entre si, mas que se complementam e colocam o país como um dos mais relevantes e biodiversos do plane-

7. Seifer, Camargo e Drigo (2020, p. 7).

8. Seifer, Camargo e Drigo (2020).

ta. Sempre falam do tamanho continental que é nosso país. No entanto, em se tratando de uso e ocupação do solo, agricultura, flora e fauna nativas, também temos uma sociobiodiversidade surpreendente.

O MATOPIBA é uma fronteira agrícola diversa, formada por grandes empreendimentos agrícolas que se entrelaçam com fazendas de pequeno e médio porte, com áreas de pastagem e de agricultura que, associadas a áreas de vegetação nativa, formam a paisagem local. Há relevos e topografias bastante diversos. Existe um grande potencial de produção de alimentos na região, mas também existe a necessidade de trabalhar fortemente as questões de conservação do solo e do Cerrado. Tudo para fazer uma gestão correta desses dois recursos. “Esse mosaico precisa estar bem dosado entre a área de produção e a área de conservação – área de preservação permanente (APP) ou reserva legal (RL), como chamamos – para proporcionar esse equilíbrio e trazer todo o potencial produtivo, desde o recurso genético da semente, o manejo de pragas, doenças e plantas daninhas, sempre de acordo com as boas práticas agrícolas, até a colheita com modernos equipamentos. Mas, para conseguir explorar tudo isso, você depende totalmente dos recursos naturais”, sugere Lilian Vendrametto, diretora de paisagens sustentáveis da Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil). “Precisamos ter uma agricultura produtiva, olhando não apenas para esses índices de produtividade que temos, mas também para essa dependência dos recursos naturais, a fim de manter uma microbiota muito rica nas primeiras camadas de solo e uma vida longa para esse solo”, complementa.

Isabel Drigo, gerente da área de clima e cadeias agropecuárias do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), destaca o estado do Mato Grosso, com “grande apetite em relação à produtividade”. “Há regiões que estão sendo colonizadas, que têm um desejo de produtividade exponencial, como vemos no Mato Grosso. São regiões subindo em direção às áreas de floresta amazônica, e que têm produtores com a vontade de que essa produtividade chegue a qualquer custo, o mais rápido possível. Observo que os agricultores dessa fronteira possuem duas características: vontade de ter os altíssimos índices de produtividade, mas uma abertura à inovação, e desejo de trabalhar com a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), pensando em um equilíbrio de longo prazo”, avalia.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades

Bem-estar não declina ao longo do tempo

Gerenciamento e melhoramento de um portfólio de ativos econômicos

ESTOQUE TOTAL DE CAPITAL

Capital natural (K_n)

Capital físico (K_f)

Capital humano (K_h)

Conduz para baixos níveis de sustentabilidade

Todo K_n é não essencial

K_n pode ser substituído por K_f e K_h .
Portanto, não é essencial a manutenção do K_n

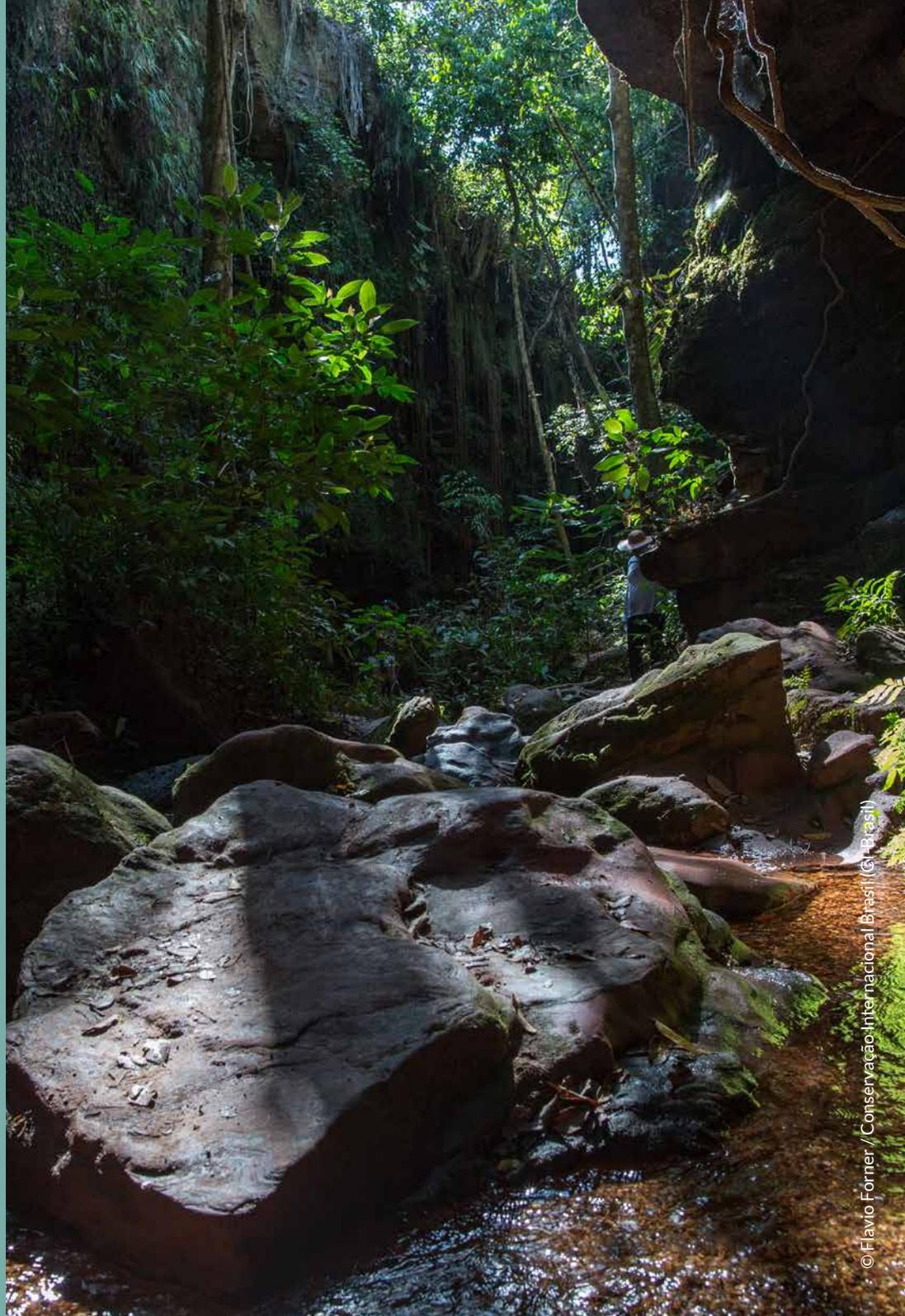
Conduz para altos níveis de sustentabilidade

Muitos elementos do K_n são essenciais

K_n precisa ser mantido porque:

- substituição imperfeita
- perdas irreversíveis
- incerteza sobre valores

Fonte: Barbier (2003); Andrade e Romeiro (2009).



CERTIFICAÇÕES E DESMATAMENTO ILEGAL ZERO

O Cerrado brasileiro, onde está localizado o MATOPIBA, ainda precisa avançar sobre o compromisso com o desmatamento ilegal zero. É o que alerta Drigo. A pesquisadora explica que grandes empresas aceitam a eliminação do desmatamento ilegal, ou seja, os produtores que ainda possuem grande resistência à implementação de estratégias sustentáveis para eliminar qualquer tipo de desmatamento vão continuar assumindo um compromisso junto à empresa, que é de não abrir novas áreas e desmatá-las para a agricultura ou outra atividade. No entanto, Drigo destaca que não há ainda nenhuma certificação de produtos para o bioma Cerrado, o que torna a situação um tanto quanto mais desafiadora. “Na Amazônia, em se tratando de soja, por exemplo, é um volume muito pequeno de RTRS [Round Table on Responsible Soy Association – Associação Mesa-Redonda de Soja Responsável]. Esse sistema de certificação não faz muita diferença no mercado ainda, mas é o que existe atualmente. O que nós, do Imaflora, temos trabalhado é com a meta de desmatamento ilegal zero no Cerrado. O próximo passo é fazer a implementação de quem assumiu a política corporativa, mas é importante avançar na eliminação da ilegalidade primeiro”, comenta. Para a especialista, o esperado é que as empresas possam se envolver mais no processo, ao ponto de uma *trader* exigir dos seus fornecedores que não tirem mais nenhum pé de árvore de vegetação. “Ela [a *trader*] vai ter que ter um sistema de monitoramento por satélite, mas também documental”, complementa. É um processo de educação dos produtores de contínua observação da legislação vigente, conjuntamente às melhores práticas que permitam uma abordagem do capital natural sustentável, produtiva e duradoura.

Como funciona a certificação pela RTRS?

Para obter a certificação de produção de soja responsável RTRS, o produtor deve cumprir com 106 indicadores obrigatórios e de implantação progressiva, reunidos em cinco critérios:

- Cumprimento legal e boas práticas empresariais
- Condições de trabalho responsáveis
- Relações responsáveis com a comunidade
- Responsabilidade ambiental
- Boas práticas agrícolas

SOJA CERTIFICADA RTRS



O volume de soja certificada RTRS é transformado em uma quantidade equivalente de créditos



Os créditos RTRS são registrados na plataforma de comercialização RTRS



Os créditos RTRS podem ser adquiridos por diferentes organizações

Fonte: RTRS. Disponível em: <<https://bit.ly/3BTdKmD>>.

A produção de soja certificada pela RTRS segue em pleno crescimento ao redor do mundo. O balanço mundial do ano passado comprova essa tendência. Em 2020, o setor produziu 4,6 milhões de toneladas, diante de 4 milhões de toneladas de grãos certificados colhidos em 2019.

Em 2020, destaque para o Brasil, que liderou esse *ranking*, com aproximadamente 3,7 milhões de toneladas de soja certificada.⁹

9. Disponível em: <<https://bit.ly/2Vu1hGt>>.

DESAFIOS PARA A SOJA

A demanda mundial por soja é enorme, com tendência de aumentar nos próximos anos. Os produtores precisam avançar para além de um raciocínio puramente econômico e considerar também a lógica ambiental. É necessário enxergar lá na frente, seja para se ter água, seja para avaliar a variação climática, com chuva intensa ou sua escassez, já que existem outras adversidades ainda piores que são mais difíceis de se prever. “Se não é um cálculo para o futuro, a conta é imediata”, alerta Drigo. E, como alternativa para esse futuro, há os serviços ecossistêmicos, como muito bem explicado na Cartilha 9 desta série, que versa sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). No entanto, para quem está no campo, o desafio é grande, porque, embora haja instituições e consultorias que façam o cálculo do potencial de carbono estocado, embora haja consciência de que isso deve ser valorizado e de que há pessoas e outras instituições que o façam, o produtor acaba não vendo o dinheiro “na mão”, até pela cultura racionalizada e tradicional característica do meio rural brasileiro. Ou seja, não é uma conta palpável para essas pessoas. Mas, se há conhecimento que chega até esse produtor, seja por assistência técnica, seja por outros meios, o trabalhador entende a lógica de que, no longo prazo, haverá uma economia e um ganho real para ele, sem contar o ganho incalculável para todo o meio ambiente. “A abertura de área tem que levar em consideração o aumento de custo para o produtor. Ele precisa, nesse caso, pensar duas vezes. Daí ele vê que produzir melhor em menos área, com mais produtividade, conservando o solo, é mais lucrativo no longo prazo”, explica Drigo.

Vendrametto, da CI-Brasil, concorda e lembra as boas práticas agrícolas, que trazem uma forma de produção mais consciente, mas que ainda não possuem uma adesão tão grande. A ILPF, sempre citada como um caminho viável para um campo produtivo e sustentável, possibilita o equilíbrio e a diversidade, que proporcionam um solo conservado, por exemplo. “É um ciclo muito mais equilibrado, porque o resíduo de uma cultura ou de um animal é utilizado, e esse ciclo não se rompe”, explica Lilian.



A assistência técnica como forte aliada

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) são uma grande oportunidade para levar informação ao agricultor e promover a adesão da tecnologia do seu sistema produtivo. No entanto, a tecnologia é tão necessária para possibilitar ao produtor aumento de produtividade ou modernização da sua lavoura quanto o respeito da aptidão do solo e do clima. Nossas especialistas defendem uma Ater pública e de qualidade, com técnicos bem formados e capacitados para desenvolver atividades baseadas em ciência e conhecimento. Essa formação é que vai capacitar quem apoia o produtor a produzir, replicar boas práticas de manejo sustentável e se fazer entender ao combinar alta produtividade com metas ambientais, que preservem os capitais naturais das propriedades e região. Para o produtor, de forma geral, é difícil compreender que, para manter sua alta produtividade a qualquer custo, estão implícitos custos ambientais incalculáveis ou danos ambientais irreversíveis, com o desmatamento, a poluição da água ou o empobrecimento do solo.

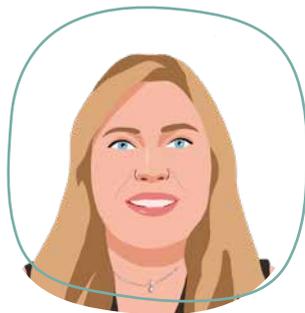
“Ainda estamos usando o pacote da Revolução Verde, que é o pacote de agroquímicos¹⁰. É um olhar já na soja, principalmente para as sementes, que são cada vez mais resistentes à seca. Tem gente que acredita que o melhoramento de sementes por si só vai resolver o problema, ou então aplicar mais defensivos agrícolas”, exemplifica Drigo. É preciso, nessa conta que parece simples, incluir a análise do solo e sua aptidão, a permeabilidade da água, os nutrientes necessários para manter aquela cultura naquele território, entre tantas outras especificidades. “O desafio é vencer a miopia técnica e tecnológica”, resume Isabel.

E A QUESTÃO DE GÊNERO?

Como já observado nas outras cartilhas desta série, nossas especialistas também concordam que, nas pequenas propriedades, é cada vez mais comum observar mulheres, mães e filhas, ocupando espaços antes dominados por homens.

10. Revolução Verde foi o nome dado às transformações ocorridas no modo de produção agrícola a partir da década de 60. Com o objetivo de produzir mais alimentos para acabar com a fome no mundo, ela também ficou conhecida pelo alto uso de agroquímicos.

“Percebemos que as mulheres, muitas vezes, fazem a gestão dos recursos na propriedade, o gerenciamento das compras de insumos e até a comercialização da colheita. Já percebi, em vários cursos que ministrei, a participação crescente de mulheres para aprender a mexer em planilhas, entender o básico sobre custos, planejamento e gestão financeira. Muitas vezes isso é o pulo do gato, fazendo com que a mulher consiga entender de fato como pode comercializar melhor aquilo que é produzido, valorizar a troca entre os vizinhos também (‘Ah, você me ajuda no plantio do milho nesta semana e quantificamos isso em horas trabalhadas. Te pago em produtos da minha horta, ou você me ajuda com esse roçado de mandioca e eu te ajudo a secar o café no terraço?’). Elas querem sempre aprender.”



Lilian Vendrametto

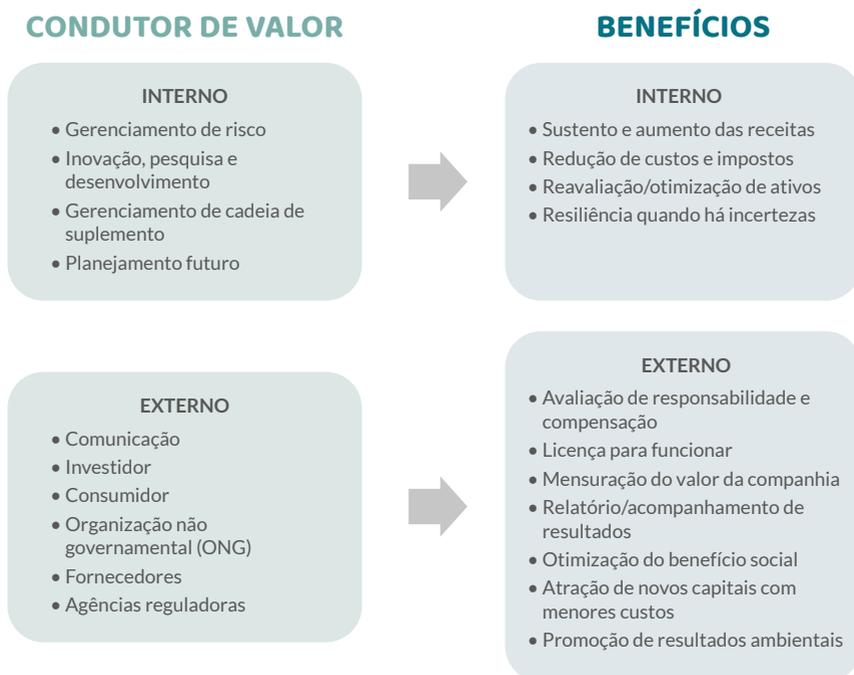
A mulher parece ter um *feeling*, uma percepção de como gerir de forma correta entradas e saídas financeiras em uma propriedade. Consegue perceber as melhorias que precisam ser feitas, por exemplo, conhecer o momento certo de comprar os insumos para produzir e as melhores formas de vender. “A mulher é multitarefa, e muitas vezes multidinâmica quando toma para si a gestão da propriedade. Já vi casos de sucesso muito interessantes, principalmente nesse estrato de pequenos produtores... pequenos e às vezes médios produtores também”, pontua Vendrametto.

No entanto, Drigo acrescenta que os desafios ainda são muito grandes, sobretudo por não existirem, em sua avaliação, condições objetivas e concretas para o envolvimento de mulheres em algumas cadeias na parte mais comercial. E a soja, que é altamente tecnificada nas grandes propriedades, ainda não possibilita uma participação feminina tão marcante. “Nós até podemos encontrar mais mulheres trabalhando nessas fazendas, técnicas, agrônomas, pilotas das colheitadeiras etc., mas não à frente do negócio, aquele grande, que vai negociar preço com a *trader*, que, por sua vez, também é muito dominada pelos homens”, opina a especialista.

POR ONDE VIRIA A MUDANÇA?

Mais cedo ou mais tarde, o uso do meio ambiente enquanto fonte de recursos e escoadouro de dejetos terá que ser reavaliado. Além disso, a escala da atividade econômica terá que ser repensada no intuito de não explorar os recursos naturais acima de sua capacidade de regeneração e não emitir resíduos acima de sua capacidade de assimilação. Portanto, para que a escala econômica continue crescendo por meio do uso intensivo do estoque de capital natural – que está diminuindo –, é imprescindível investir. Mas, como a capacidade de recriar capital natural é limitada, tais investimentos terão que ser indiretos. É preciso conservar o que ainda existe, expandir o que pode ser cultivado e aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais.

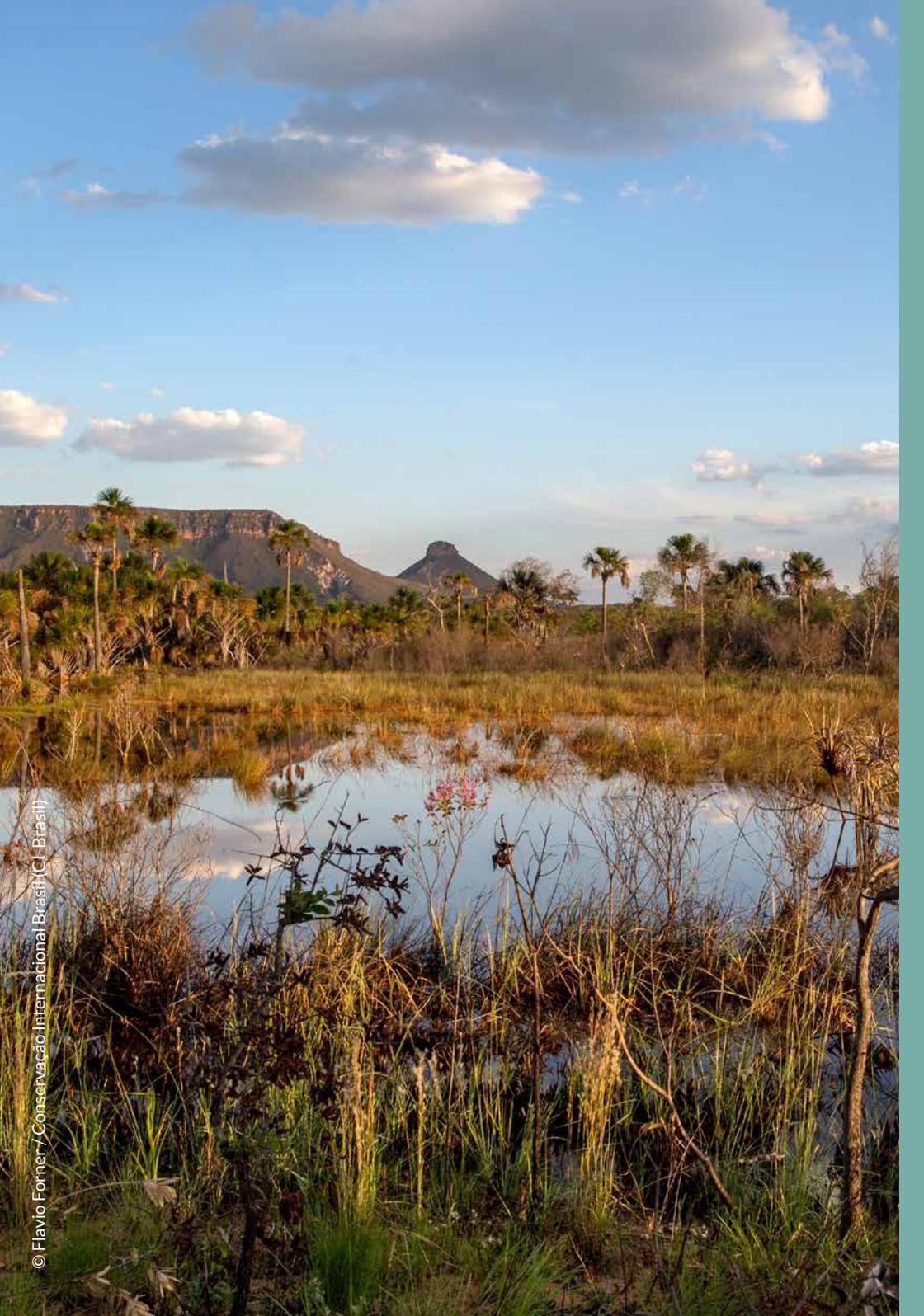
Figura 1 - Condução de valores e benefícios esperados da gestão dos capitais naturais



Fonte: Scialabba (2015).

Olhando mais especificamente para o campo, necessita-se de um trabalho colaborativo, uma junção de esforços. Empresas, em conjunto com o governo, em suas três esferas, federal, estadual e municipal, podem cumprir um papel decisivo para ajudar a melhorar os meios de produção e a ampliação da tecnologia agrícola sustentável em larga escala. “Nós temos uma falsa noção de que todos os produtores de soja são altamente tecnificados, e não é assim. Precisamos dessa junção entre política privada e política pública trabalhando na cadeia. Precisamos também da pressão de fora, porque isso ajuda a empurrar o processo e a movimentar atores importantes”, opina Drigo. Ela ainda destaca que é necessário redirecionar os fluxos de capital, ou seja, o capital chegar aonde é realmente necessário.

Já para Vendrametto, o trabalho com lideranças locais também é um fator altamente promotor de mudança, que é levar inovação para pequenos produtores rurais. “É uma oportunidade de troca de experiências entre vizinhos. Muitas vezes, é uma questão de promover um olhar mais cuidadoso, voltado para a mudança, a melhoria do processo, pois sempre há maneiras mais eficientes de realizar as nossas atividades, inclusive as cotidianas”, finaliza.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. Capital natural, serviços ecossistêmicos e sistema econômico: rumo a uma “economia dos ecossistemas”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., 2009, Foz do Iguaçu, Paraná. **Anais...** Foz do Iguaçu: Anpec, 2009.

BARBIER, E. B. The role of natural resources in economic development. **Australian Economic Papers**, v. 42, n. 2, p. 253-272, 2003.

DALY, H.; FARLEY, J. **Economia ecológica: princípios e aplicações**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. 530 p.

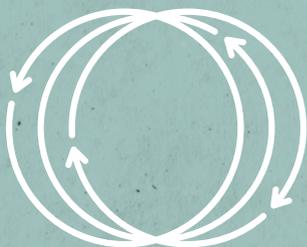
IEA – INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Capital natural e sustentabilidade na agricultura. **Informações Econômicas**, v. 13, n. 4, abr. 2018.

MACDONALD, D. V. Applying the concept of natural capital criticality to regional resource management. **Ecological Economics**, n. 29, p. 73-87, 1999.

O’CONNOR, M. **Natural capital**. Cambridge: Cambridge Research for the Environment, 1999. (Policy Research Brief Series, n. 3).

SCIALABBA, N. E.-H. (Org.) **Natural capital impacts in agriculture: supporting better business decision-making**. Italy: FAO, 2015.

SEIFER, P.; CAMARGO, R.; DRIGO, I. **Quanto vale o verde na produção de soja no Matopiba?** Rio de Janeiro: CI-Brasil, 2020. (Caderno de Notas Técnicas).



GOOD GROWTH PARTNERSHIP

